ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº. 13/2025

(Plenária Presencial)

Aos quatorze dias do mês de maio de dois mil e vinte cinco, às quatorze horas, reuniram-se para Assembleia Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Alegre, nas dependências Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH, Av. João Pessoa, 1105 – Farroupilha – Porto Alegre/RS, sob a coordenação da Presidente **CAROLINA AGUIRRE DA SILVA** e vice-Presidente **PAULO FRANCISCO DA SILVA**, e na presença dos:

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:

Andréia Brito Gilli, **Comunidade Evangélica de Porto Alegre – CEPA;**

Carolina Aguirre da Silva, **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA**;

Carolina Fraga, **Associação Cristã de Moços – ACM**;

Francyne da Rosa, **CEMME**;

Frei Luciano Elias Bruxel, **Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA**;

João Batista Machado da Rocha**, Fundação O Pão dos Pobres**;

Lisete Aparecida da Silva Felippe, **Associação de Apoio ao Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**;

Luciane Escouto, **Instituto Leonardo Murialdo**;

Luiz Alberto Mincarone, **Associação Beneficente Amurt-Amurtel;**

Natália Laurindo, **AHMI**;

Paulo Francisco da Silva, **Pequena Casa da Criança**; Carolina Fraga, **Associação Cristã de Moços – ACM**;

Priscila Balestrin e Fabrízia Demo, **Parceiros Voluntários;**

Rosana Fernandes Nunes, **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre**;

Rose Ceroni Canabarro, **Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – ASAFOM.**

CONSELHEIROS DO GOVERNO:

Denise Zulmira, **Secretaria Municipal de Saúde – SMS**;
Edemar Sarnagotto, **Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH;**
Elisandra Marques da Rosa, **Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude – SMELJ**;
Guilherme Fagner da Silva Pereira, **Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV.**
Letícia Giardin, **Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS**;
Sandra Regina Castro de Aguiar, **Secretaria Municipal de Educação – SMED**;
Sônia Rejane dos Santos Vieira, **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF.**
DEMAIS PRESENTES:
Luciana Tietbohl e Denise Musel, **Administrativos SMIDH**; e Patrícia Costa, **Taquígrafa – TG Taquigrafia**.
PAUTA:
1. Abertura;
2. Comissões: Comissão Executiva, Comissão de Registros, Comissão de Políticas e Comissão de Finanças;
3. Informes.
Após a conferência de *quorum* foram abertos os trabalhos:
1. ABERTURA;
Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA: Boa tarde. Antes de irmos para as comissões, eu queria tratar de alguns assuntos rapidinhos. Um deles é de que ontem terminou o prazo de encaminhamento das propostas para quem vai participar do edital do CEDICA. E teve 46 projetos que foram enviados. Além disso, teve oito instituições que entraram em contato comigo que perderam o prazo. E aí, eu queria ver com vocês o que vocês acham de nós abrirmos mais uma semana de prazo para a gente receber alguns projetos que poderiam entrar ainda. Isso não prejudicaria em nada o nosso calendário, tanto é que nós temos as duas próximas quartas para analisar — três, na verdade. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Essas enviaram ou ainda vão enviar? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Vão enviar. Oito entraram em contato comigo, mas

eu sei que tem até mais; mas oito entraram direto. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** O grande problema é que, como o edital é estadual e nós estabelecemos as datas, as instituições vão ficando sabendo à medida que entram em contato com o Conselho, que fez uma resolução. Lembra que eu falei, numa reunião, que inclusive o CEDICA pode ter algum problema de impugnação do próprio edital? Porque eles deveriam estabelecer o prazo. Como é que as instituições que não sabem, quem não lê, eu não leio praticamente o diário oficial, onde a nossa resolução foi veiculada, para saber dessa ação que diz respeito a um edital que nem é da nossa esfera? E a gente estabeleceu essa data-corte para a gente poder analisar. Por isso que nós temos que pedir uma reunião com o CEDICA para o próximo edital, que, ao menos, tenha uma representação, uma pactuação com o CEDICA, e que já tenha uma data de corte no próprio edital do CEDICA, principalmente para a cidade de Porto Alegre e as cidades metropolitanas. Tem que ter uma reunião para ficar estabelecido, porque senão as instituições vão recorrer. Além disso, o prazo de entrega e um critério é entregar para o Conselho. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** É, e o prazo de entrega para o CEDICA é, se não me engano, até o dia 6 ou 10 de junho. Então, tipo assim, teria quase um mês ainda para as instituições, teoricamente, melhorarem o projeto e tudo mais. Mas também, como disse o Frei, tem essa questão de passar por aqui, pelo CMDCA, então, daí também invalida eles participarem de forma direta. É, isso é uma questão muito ruim com relação ao conselho estadual, porque eles estabelecem, ao mesmo tempo que estou dizendo ali que tem que estabelecer um período, ele não pode estabelecer uma regra para um conselho municipal. Ele não pode estabelecer um prazo, ele não pode dizer: "Ai, não é para te enviar isso, é para te enviar aquilo". Não, ele tem que dizer o que é para enviar para ele. Para o conselho estadual vocês têm que enviar x documentação. Para o conselho municipal, o conselho municipal pode querer que envie sei lá o que mais. Aí é o conselho municipal que vai decidir. Mas eu queria trazer para vocês essa questão. Podemos prorrogar por uma semana? Podemos colocar em votação? **Luciane Escouto, Instituto Leonardo Murialdo:** O que dizia no edital do CEDICA? **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Que era para ser apresentado pelos conselhos municipais. Porque ele tem que atestar a capacidade técnica instalada, pelo que eu lembre. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Tem uns quatro, cinco itens, que quando o

documento do CMDCA sobre a instituição sair daqui, tem que apontar. E um deles é a capacidade técnica. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** E instalada. **Luciane Escouto, Instituto Leonardo Murialdo:** Além de mais três itens. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** É, por exemplo, nós não vamos poder aprovar o projeto de uma instituição que não tem o programa que está apresentando o projeto, que é o critério do Conselho, que é que tenha o registro e a inscrição para programas. Se eu vou fazer a exploração do trabalho infantil, que é um dos eixos lá, tem que ter alguma ação de 6 a 14 anos, serviço de convivência ou outra política que dê conta de atender a esse eixo. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Podemos colocar em votação? Então, tá. Quem é favorável a prorrogar por mais uma semana, que daí, de novo, prorrogar por mais uma semana é até a segunda-feira, tá? Daí, quarta-feira a gente já começa a analisar. Levante a mão, por favor. **APROVADO POR UNANIMIDADE**. Até o dia 19, daí entra. Outro informativo: também veio hoje para nós ali é que a taquigrafia, ela vai estar com o contrato até o dia 17 de junho. E aí, está sendo aberto um novo processo, nova licitação. Talvez não dê tempo até chegar o dia 17 de junho para ficar tudo pronto. Aí nós temos que ver como que nós faremos. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Tá, o que eu sugiro é encaminhar para que eles façam, a secretaria que tem que fazer, uma solicitação de prorrogação por mais 12 meses com cláusula resolutiva, considerando que eles abriram nova licitação e que ela não está pronta, enfim. Tem que ver por aí. Pela urgência do serviço. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Tá, então tem que sentar com a procuradoria daqui. E outra questão: reunião da procuradoria. Outro assunto, na quarta-feira passada nós aprovamos aqui a resolução com a liberação para aportar recursos da assistência, né? Aí, lá na quarta-feira à noite, às seis, nós ficamos olhando os cálculos. E aí, a gente se deu conta de que tinha algumas coisas ali que não estavam batendo tão legal assim. E aí, nós mandamos uma mensagem solicitando uma reunião urgente com o Coronel André, com a SMAS, com a FASC, com todo mundo, para a gente poder só acertar alguns cálculos, porque na semana passada a gente já tinha visto na planilha que tinha sido fornecida pela SMAS de que tinha… Lembra que eu falei que tinha uma diferença de valores e não sei o quê, né? Aí, que tinha, por exemplo, CAD Único, albergue, faz PAEF e outros serviços da assistência, que não cabia para nós, né, nem para os idosos. E aí,

cabia para a prefeitura como público adulto. E aí, então, o que não mudou em nada os valores, tá? Mas só alterou na verdade a composição, assim. Então, a gente fez o cálculo, então, só o público adulto ali daria R$ 2.200.000,00, para o CMDCA entrariam 2.900.000,00 e nós aportamos R$ 3 milhões, né? Então, está tranquilo ali, não tem tanta diferença. E isso eu não estou falando da complementação, estou falando só do primeiro recurso ali. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Que é a equalização dos 5,6. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Isso, estou falando só dos 5,6 ali, tá? E a emenda da Prefeitura, que nós fizemos aqueles 5 milhões, aí sairia desse recurso, tanto para aportar para o público adulto, quanto para aportar para o restante dos serviços para complementar o valor que precisa. Tem um outro documento aqui, nós fizemos um texto de resolução, aprovando no exercício de 2025 o repasse dos 9 milhões. Então, 6 milhões, que é a qualificação no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, referente ao acréscimo no valor de metas pactuadas com os termos de parceria junto à SMAS, retroativo a 02 de janeiro de 2025. E mais 3 milhões, valor para aporte do reajuste de 5,06% aos termos de parcerias existentes junto à SMAS no atendimento de crianças e adolescentes, no atendimento de crianças e adolescentes com acolhimento e serviço de convivência. Tá? Aqui a gente já arrumou já. Mas é para todos os serviços da convivência, tá? A gente já arrumou já. Aí, depois fizemos também para o exercício de 2026, mais 3 milhões, 6 milhões é somente para crianças, crianças e adolescentes do serviço de convivência, tá? De 0 a 14. E os outros R$ 3 milhões de 2026 é a continuação dessa qualificação dos serviços de convivência de 6 a 14 anos. A qualificação do serviço, lá do lado do serviço de convivência, abre parênteses: 6 a 14 anos. E ProJovem. Não, eu acho que é para colocar assim, ó: de 6 a 14 e ProJovem. E aí, aqui nos R$ 3 milhões, aí sim, aí é serviço de convivência. Aí seria igual, de 6 a 18 anos. Vou fazer só um parênteses pra gente voltar para o texto. A ideia é que a gente, e nas últimas reuniões, foi o que a gente viu assim, pegar um serviço de convivência, tá? Tem metas em que são 320, 370. Então, tem muita diferença entre as instituições. Então, a ideia que a gente já solicitou numa reunião com a SMAS para a gente poder ver se com esse valor de 6 milhões não vai ser mais 10% para a instituição A até a Z. Vai ser 10% para a instituição A, oito talvez para a B, três para a Z. Entende? Porque tem que chegar num valor único de meta. Para que a gente possa, nas próximas vezes, negociar dizendo: "Olha, a meta é R$ 400 e nós vamos lutar por x de aumento". Sabe? Eu acho que daí a gente consegue uma qualidade um pouco melhor. E aí, ali,

para o exercício de 2026, então, a qualificação dos serviços, serviço de convivência. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Foi copiado do documento da própria FASC, né? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Não, os valores sim, é que a gente falou bastante, né? Referente ao acréscimo no valor dos termos de parcerias existentes junto à SMAS retroativo. Aprovamos, vai uma resolução onde está bem detalhado o compromisso. Aí, ali também tem que repetir o mesmo texto lá de cima da parte dos R$ 6 milhões. Ali também não é retroativo, é a contar de 2 de janeiro. E isso tanto o aumento de 5% quanto a qualificação. Para 26, não é retroativo. Isso é só para esse ano. Aí está na primeira parte, então seria… **Luciana Tietbohl, Administrativo SMDS:** Duas resoluções, né? **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Ou uma resolução. O quadro dos 6 milhões para distribuir para 13 milhões… **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Olha só, uma questão que a gente está trazendo também é colocar no texto, de que, por exemplo, como a gente trouxe ali, né, vai dar para o Conselho, nesse valor dos 3 milhões. Então, vai sobrar dinheiro dos R$ 3 milhões. Então esse dinheiro que sobrar passa para a qualificação. E aí como é que a gente coloca isso? **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Todos os excedentes da negociação, que sejam somados à qualificação dos programas. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Ou assim, deixa eles fazerem os termos. Depois que eles tiverem os termos, de fato, quanto vai dar, aí a gente faz a… **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Mas aí a gente faz, pode colocar ali alguma coisa na letra, né? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Isso. Só eu peço… Lá, o repasse financeiro será somente para as OSCs que executam os serviços de acolhimento e serviço de convivência de crianças e adolescentes. Aí tem que repetir, eu acho, que é de 6 a 14 e para jovem, é isso? **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** O acolhimento não tem idade. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** É de 6 a 17 anos. É o mesmo texto que está em cima, só baixa para três no outro item, mas é o mesmo princípio de R$ 6 milhões. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria**

Municipal da Fazenda – SMF: Daí eu acho que a gente pode botar talvez ali, para o exercício de 2027. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Isso tem que copiar na íntegra o que nós… É uma emenda que foi pactuada. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** A partir do início de 2027… **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Conforme o acordado, o acordado será assumido integralmente pela prefeitura. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** O valor acordado será assumido pela Prefeitura. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Pelo orçamento da Prefeitura. Também eu acho que tem que colocar ali também de que uma coisa que foi negociado, é de que a cada ano a Prefeitura colocaria junto, por exemplo, o repasse do ano de 2025 e de 2026, mais a inflação para as instituições. Porque senão vai ter que ser negociado tudo de novo. Eu acho que para 26 daí não. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Conforme acordado, repassará para as instituições o valor também, ou sei lá o quê. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** É que normalmente é o INPC/IPCA. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Eu não diria assim, isso eu só vou constar porque depois eles vão dizer que já está dentro dos R$ 3 milhões. Não está. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Bota a data da reunião. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** No texto seguinte dele que a gente tirou a foto, está lá bem explícito. E aí, ali na 27, eu acho que coloca também, conforme acordado, PMPA repassará as instituições o valor do IPCA. Que daí ele vai assumir o todo mais o IPCA. E aí ali nas letras A, B ali. Então, é revisão e atualização da legislação. E aí, só para vocês saberem, a Rochele falou que já está sendo trabalhado… Um texto de decreto, vamos dizer assim, que vai ser proposto para que nós possamos estar construindo uma lei para os fundos de liberação de recurso. Então, depois a gente precisa ver quem pode estar representando até junto comigo lá. Porque daí a gente vai ter que ver a pessoa que vai estar representando, tem que estar dominando a questão da 13.019 e também dominando, para a gente poder articular algumas coisas lá dentro do decreto, né? **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Eu me disponho a ajudar, Carol, mas eu convidaria o Mincarone

também. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** É, eu ia dizer, a gente vai ter que fazer hã, trazer tanto o olhar jurídico quanto também o bem instituição, né? É, porque senão não vai dar. Porque senão a gente pode ter o risco de fechar a porta para as instituições, dependendo do que escrever lá. Depois a gente só vê certinho quem, que eles vão enviar para nós ainda as datas. Outra questão ali, então, é a estrutura de assessoramento do Conselho, que entra a equipe na Secretaria do Conselho, que é a secretária que está faltando lá para nós, no FUNCRIANÇA e materiais, né, que materiais também faltam. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Como seria bom nós pleitearmos, em função justamente da nova resolução de captação de recursos, elaboração de projetos, como outrora tivemos no Conselho, um técnico social que pode ser um cargo alguém que tenha, ou da sociologia, ou do serviço social, ou até da psicologia que trabalha na área social, para ajudar na orientação. Vocês lembram? Quantos anos nós tivemos? A Magali Oliveira trabalhou um tempo, a Dalva Franco trabalhou um tempo para ajudar a gente, que ajudava, que era um técnico que explicava para uma entidade nova, que é pequena, como fazer o projeto, né? Então, faz falta isso no Conselho. E poder escutar, né, às vezes, entender o problema que ela tem, ajudar ela a clarear. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** A Larissa, ela já faz bastante esse papel, mas eu ainda sinto falta, lógico, um olhar mais instituição, né? **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** O trabalho que a Denise fazia de leitura dos relatórios, por exemplo, é legal poder dar uma devolução, né? Nós não conseguimos, não temos tempo, capacidade técnica também para fazer análise. É importante. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** É, e que eu acho ali, Frei, que hoje, hoje a secretaria está na Lu, na Denise e na Larissa, né? Praticamente isso. Hã, eu acho que se tivesse mais pessoas, ou mais dois até, conseguiria qualificar mais também o serviço, né? Só um parêntese, a gente estava falando com o Paulinho hoje sobre recadastramento das instituições. Se vierem 200 instituições, as meninas não têm como fazer. Né? Então, assim, é muito serviço para poucas pessoas que têm ali. Ali outro item é a redução de prazos para análise junto do processo junto à PMS 07. Mudou o nome da PMS, agora é PNE-FASC, também vai mudar agora para SMAS. Tá? Assim, quando vocês forem endereçar para a PMS 7, não é mais PMS 7, é PNE. Campanha de doação ao FUNCRIANÇA de parte da PMPA. Eu colocaria “campanha

permanente de doação". Ali no início, "campanha permanente". Na letra D. Na outra é redução de prazo para firmamento dos termos de fomento e de parceria. Aí eu acho que tem que colocar conforme a Normativa 01, a redução de prazos da Normativa 01 para firmamento de termos e parcerias. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Ordem de serviço? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Isso. E ali, se vocês lembram, lá é 90 dias úteis, né? E a gente podia fazer em 90 dias. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Corridos. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Eu conversei com a Rochele sobre isso. Aí, ela assim: "mas são 90 dias". Eu disse: "mas é úteis". "Úteis, seis meses". Aí ela assim: "não, mas é 90 mesmo". Eu disse: "não, me diz um processo em que tenha saído redondinho". "Ai, ainda não teve". Eu disse: "pois é, então não dá". Né? Eu acho que a gente tem que, hã, trazer para… Acho que 90 dias ainda é demais. **Luiz Alberto Mincarone, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Eu acho que é aqui, a questão tanto jurídica quanto administrativa, ela não está acompanhando o ritmo da tecnologia e da… da aceleração que acontece naturalmente no mundo, né, das relações, nos fluxos. E eles ficam um pouco presos em certos dogmas, né? Então, tem que encontrar uma solução, sabe? Eu acho que é quase assim, olha, aconteça o que acontecer, tem que estar pronto em x dias, sabe? A gente tem que fazer alguma coisa, um médico ou alguma coisa. Eu tenho que estar lá no médico. Eu me viro para fazer as coisas para chegar lá na hora certa que o médico marca, senão eu perco a consulta. Então, é um pouco… Vício, talvez, não sei qual é a média de idade das pessoas que lidam com a parte de formatação dos fluxos, mas eu vejo dentro da instituição. A gente tem três setores que têm pessoas jovens na faixa de 30 anos. Um setor, que é uma maravilha. Eu tenho um setor antigo que tem uma pessoa mais experiente, muito qualificada, mas não anda com a mesma cidade. Então, certas coisas têm que andar com velocidade, senão perde o sentido. A gente chega e foi no ano passado. Não tem como, sabe? Não adianta: "Ah, mas a lei isso, o decreto aquilo". Bom, começa que o decreto da Prefeitura, ele é modificável dentro aqui da cidade, dentro de Porto Alegre. Quando a Prefeitura procurou modificar aquele que tinha que alterar o artigo que limitava em 30%, né, dos recursos, e ela mudou. Então, se tem uma burocracia, tem que ser mudada. Só que a gente não consegue pegar a burocracia para mudar, né? E, ao mesmo tempo, quando pega, que nem agora as discussões com a procuradora, que é uma pessoa muito boa, muito acessível, mas ela

está dentro do, vamos dizer assim, de uma formatação ou de uma bolha burocrática. Quer dizer, não é ela, ela só diz: "Eu estou aqui e eu tenho que acompanhar ou seguir o...". Tem que mudar o modelo, mudar a norma, mudar o procedimento. Hoje eu estava vendo, nós tivemos o infortúnio da Presidente da Amurt-Amurtel falecer na semana passada. A nossa vice-Presidente é lá de Saquarema, Rio de Janeiro. Nós estamos já com um abacaxi, um pepino, porque, para a gente conseguiu fazer uma nova procuração, ela assumindo, ela, o estatuto previa. Agora, para mudar na Receita Federal, está uma novela. A moça lá disse que não sabe se vai conseguir resolver tudo até mandar o edital, porque o edital tem que se mandar por MEI Digital, só que o MEI Digital, só se tu tiver o Certificado Digital. Para tu ter o Certificado Digital, tu tem que mudar na Receita Federal. Para tu mudar na Receita Federal, tu tem que fazer não sei o quê. Então, ela é muito pesada, a burocracia nossa. Isso que essa aí eu já estou falando uma que é digital, né? Aliás, tem certas coisas que eu acho que o papel ainda está melhor que o digital, quando o digital está muito cheio de volta, né? Então, eu não sei, eu acho que essa revisão, atualização da legislação é uma coisa fundamental para que se reduza tudo que é prazo. A não ser que a pessoa também adote alguns certos padrões de avaliação mais sucintos. Porque eu acho que a gente tem que ter, é aquilo que se falou aqui, se a pessoa vai e conhece na prática, né, o funcionamento de uma instituição, ela vai ter muito mais rapidez em analisar as coisas. Me parece que a procuradora, ela é muito boa, mas ela tem assim, receios. "Ah, mas e isso? E mais aquilo? E mais aquilo?". Se ela tivesse uma vivência mais prática, eu acho que muita coisa ela podia interpretar de uma maneira mais rápida também. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Eu acho que a gente pode colocar depois de "termo de parceria", "redução de prazo da ordem de serviço para", não sei, ter 90 dias. No máximo, 90 dias. No máximo. E como o Mincarone falou e todos nós falamos aqui, eternamente, né? Quando um apoiador, um parceiro, uma instituição, ele vai na instituição, ele quer a mudança efetivada em menos de um mês. Ele quer ver a mudança. Não dá, eu sempre dou o exemplo da goteira, né? Então, tu vai lá, a goteira está lá. "Ah, eu vou te dar dinheiro". Aí, daqui a um mês ele vai lá, a goteira está lá. Sabe? Então, a gente não pode a goteira continuar lá depois de um mês. Quanto vai ser, goteira daqui a seis meses? **Luiz Alberto Mincarone, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Por que não se coloca ali, vírgula, "visando a redução para 30 dias", por exemplo? Quer dizer, tu aceita os 90, mas tu bota "visando", o que tu quer visar, para aí buscar uma metodologia, alguma mudança importante para chegar nos 30. E outra coisa, a interpretação

de dias, eu vou falar com a Rochele. Quando não fala em "dias úteis", são "dias corridos". Não existe isso, até na justiça. Tu tem 15 dias para responder um processo, é 15 dias corridos, não é 15 dias úteis. O que acontece é que a notificação, essa sim, ela vale para o primeiro dia após a notificação. A pessoa pode receber de tarde, de noite, começa a contar no dia seguinte. Mas se o dia seguinte é feriado, começa a contar de segunda-feira. **Francyne da Rosa, CEMME:** É que, na ordem de serviço, ali é que está 90 dias úteis. **Luiz Alberto Mincarone, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Úteis? Então, tem que tirar os "úteis". **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** "Úteis". A Rochele apresentou para nós essa ordem de serviço no ano passado. **Luiz Alberto Mincarone, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Então, pode dizer para ela que a gente trabalha sábado e domingo também. Então, bota tudo, é dia útil para nós. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Ah, então, a gente poderia colocar ali, no máximo, de 90 dias corridos. [Falas concomitantes]. Deixa 90 dias. Se for 30, é bênção. Aí, depois, ali, a revisão dos serviços prestados, revendo os vazios de atendimentos, e essa revisão será efetuada juntamente à SMAS, devendo... Tira essa parte aí, está feito. Ok, gente? Depois a gente só vai mudar ali o texto ali da parte do "conforme acordado com a Prefeitura", que daí a gente deixa mais bonitinho, que eu acho que é interessante a gente colocar quem é que estava presente também na sua reunião. E colocar a data. Porque estava, nessa última reunião, estava a PGM, estavam os secretários da Fazenda, da SMED, da SMAS, né, o próprio Coronel. Então, assim, acho que é interessante a gente fazer essa construção para todos que estavam ali presentes. Podemos votar? Já votamos isso, né? Na última plenária. Tá, a gente já votou. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Carol, só queria colocar, eu não sei como é que a gente encaminha aquela demanda do Família Acolhedora, da campanha. Lembra que naquela apresentação que veio a... o pessoal do Calábria, a Solange, apresentou para nós? Não ficou acordado que agora encaminha... Eu encaminhei para ti a ata, o pedido, né, desse apoio do Conselho. Como é que a gente podia operar para dar um retorno para o Calábria? Para operar. Registro de preço de campanhas, né? Que pudesse fazer esse enquadramento. Como é que vamos proceder? A gente apoiou, aprovou alguma coisa naquele dia? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Sim. O próximo. Abre um outro processo, por favor. Te dizer o

número aqui: 23.0.0000124095-1. Neste aqui nós temos o projeto gráfico e também temos a... Só para fazer uma reconstituição, tá? Então, assim, no ano passado ou no final de 23, nós aprovamos uma resolução de instituições que fariam parte do Comitê da Escuta Protegida. Então, a gente fez várias instituições e queriam fazer parte. Então, o comitê, nós fizemos a proposta de que seriam dois representantes do CMDCA, dois pelo SMAS, dois pela Saúde, dois pela Educação, dois pela SMGOV e dois pela Secretaria de Segurança. Dois pela SMHID, dois Conselho Tutelar, dois da Prevenção à Violência e dois representantes do comitê de participação, que é o CPCA, tá? E mais dois pelo Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Então, esse todo este pessoal, eles estariam para compor o comitê, junto com a Defensoria, junto com o Ministério Público, para criar o fluxo. **Andréia Brito Gilli, Comunidade Evangélica de Porto Alegre – Cepa:** Na verdade, existe uma lei que regulamenta, né, que se tenha um comitê. E Porto Alegre, como sempre, dá o pontapé inicial e fica por último, né? Então, nós estamos atrasados e precisamos colocar em prática até para que a gente também possa garantir campanhas efetivas, né, com questão da escuta protegida e em prol à criança e o adolescente, a proteção. Então, a formação desse comitê, eles nos direciona para que a gente atue diretamente, de forma interdisciplinar, né, e trabalhando diretamente também com as redes de atendimento de toda, de todas as redes da cidade. Então, a intenção é que a gente formalize e reconheça esse comitê e que nós precisamos estar aprovando aqui também no conselho, para estar instituindo ele. É comitê... Comitê Municipal de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência no Âmbito Municipal. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** A ideia, então, é nós fazermos uma proposta de lei para a Prefeitura, porque esta composição, ela tem que ser através de uma lei municipal. Esta proposta, ela é praticamente a resolução que nós fizemos lá atrás em relação à composição toda da escuta, do comitê, tá? É no outro documento. É a minuta da portaria. Aí, então, aquela lá é uma proposta de lei, tá? Este aqui é uma proposta de decreto para que cada secretaria possa estar indicando, ou cada local possa estar indicando os seus representantes. Aí, aqui já, por exemplo, ó, já é para que cada, por exemplo, o Conselho Tutelar indique, a prefeitura indique por em cima. Aí ficou, lá atrás ficou como as instituições também que nós tiramos aqui. Aí, então, ficou o Pão dos Pobres. A Pequena Casa. A AVESOL, a CEPA e o Fórum. E, então, eu não sei... Podemos deixar esses? Tá errado ali o Fórum. Não é “das entidades”. Ah, é Fórum Municipal dos

Direitos. Ali, “das entidades”, pode tirar. É dos Direitos. A gente tem alguém, alguém lembra do SINPOR? Pequena Casa, podemos deixar? Em ata também. A AVESOL, sim, que eu já tinha conversado com ela. A CEPA também, tranquilo. Tá, e o Fórum também, tranquilo. Eu acho que a gente tira o SINPOR. Alguma instituição gostaria de entrar aqui? O CPCA poderia entrar? O CPCA então, vou colocar. Botei. [Risos]. **Andréia Brito Gilli, Comunidade Evangélica de Porto Alegre – Cepa:** O ano passado a gente teve alguns encontros. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Que daí, eu acho que é importante que tenha acolhimento institucional, né? Enfim, toda a questão. Podemos, então, gente, aprovar esses dois textos para serem encaminhados os despachos? Tá. Daí a gente encaminha para os devidos locais. Então, em votação, quem é favorável? **APROVADO POR UNANIMIDADE**. Outra questão também, nós fizemos a indicação, mas a gente não passou aqui na plenária, depois a gente ficou pensando, que é a representação do Mumuzinho, que é o Guilherme. [Risos]. E o Guilherme, a Andréia também, como representantes no EVESCA e também... No EVESCA da Escuta Protegida, né, representando o CMDCA, e também o Carlos Simões, que mesmo não sendo mais o conselheiro atuante neste momento, ele tem toda a bagagem, então ele pode estar continuando a nos assessorando também em ambas as reuniões. Alguma questão? Em votação. Tranquilo? **APROVADO**. [Falas concomitantes]. Só porque não é EVESCA, não, é da coordenação das redes. Eu não sabia dessa parte. Eu tinha que referendar também. É EVESCA da coordenação dos ESCAs. Comissões, Comissão de Finanças?

- COMISSÃO DE FINANÇAS:

Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF: Processo 24.0.0001517950, OSC requerente **INSTITUTO PASSOS**, Projeto Caminhos para o Futuro. Trata-se de projeto novo para captação de recursos, documento 33479760, atendimento a 280 crianças das regiões noroeste e norte, sendo 140 crianças Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, 60 em esportes e 80, 80 crianças direcionando, 80 atendimentos direcionados a adolescentes. Meta de atendimento mensal, então, eles querem em torno de 100 crianças adolescentes. **Parecer da Comissão de Políticas é favorável**, documento 33576956, e a informação da ASSETEC apontava apontamentos que ele foi reavaliado pela Comissão de Políticas, o parecer favorável, né? Passaram apontamentos da ASSETEC e retornou da forma correta. Então, a Câmara, em análise solicitada, a Câmara de Finanças emitiu parecer favorável à captação de recursos no valor de 4.508.950,15, com retenção de 5%. Daí eles distribuem as

despesas entre consumo, pessoal, terceiros, outros, material permanente. Alguma dúvida? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Alguma dúvida, pessoal? Então, podemos colocar em votação? Quem é, quem é favorável, levantar a mão? Ok. Então, **APROVADO POR UNANIMIDADE**. Registros?

- COMISSÃO DE REGISTROS:

Andréia Brito Gilli, Comunidade Evangélica de Porto Alegre – Cepa: Processo 24.0.000127717-7. Nós realizamos hoje uma visita no **INSTITUTO CALDEIRA**. Ele solicitou inscrição de programa e projeto. Nome do projeto: Geração Caldeira. Ele tem um curso de profissionalização, eles têm a intenção de capacitar 20 jovens. Eles abriram inscrições, tiveram uma média quase 7.000 inscritos, foram selecionados 400 no primeiro momento e eles vão afunilando para 20 vagas. Então, foi aberto para aqui e fora, para outros estados. E muito legal, porque serão contemplados 10 pessoas fora do Estado, jovens, que poderão vir para Porto Alegre e receberão uma bolsa de R$ 4.000,00. E os outros também recebem, nesse período são seis meses de seleção, e nesse período de seleção, eles também são capacitados e vão recebendo certificados. E depois de seis meses, mais a capacitação em si. E são programas, são de mercado de trabalho, uma parte de TI, então, são vários módulos que eles têm de ensino, né? E depois, conforme se destaca, são encaminhados para o mercado de trabalho. **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** Qual a idade? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Essas 20 são para todo o Estado? E penso lá na frente, quando a gente fizer um projeto para captação, tem que fazer um recorte exato para Porto Alegre. Porque são pouquíssimas vagas para atender todo mundo, também. **João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres:** A gente tem parte desse projeto aí como captação. Como é um projeto que vai afunilando, e a ideia é que esses jovens consigam fazer o projeto e já saírem empregados, não é pelo Jovem Aprendiz. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Mas foram 5.000 inscritos e aí selecionaram na primeira fase 700, eu acho que é isso, né? E aí esses 700 vão ficar em formação? **João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres:** São 200. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Vão ficar em formação para 20 saírem empregados? É isso? **João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres:** É.

Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente: Ah, tá. Eu achei que fosse a formação final para 20. **João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres:** Não, eu não sei se são 20. **Andréia Brito Gilli, Comunidade Evangélica de Porto Alegre – Cepa:** É que no projeto são 200. Na verdade, começam com um número bem alto. **João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres:** Uma vez foi 400. E como a capacitação inicial é online, aí eles pegam de todo o Brasil. E alguns, eles conseguem moradia. Depois ele vai afunilando, porque nem todos os jovens acabam conectando com aqueles quatro eixos. Eixo muito voltado ali para a área de desenvolvimento de inteligência artificial, atendimento ao público. São quatro eixos específicos. Por isso que vai afunilando. Nem todos às vezes, mesmo com aquele perfil, áreas, eles acabam selecionando também dentro daqueles que fazem os melhores. Então, necessariamente, quando a gente pega ali a socioaprendizagem, nem sempre é para o público da socioaprendizagem, por mais que sejam oriundos das escolas públicas. Eu sei que a Secretaria de Educação do Estado é muito afinada com o Geração Caldeira e várias instituições, o Pão, o próprio Projeto PESCAR, o CIEE e outros são captadores de jovens para esse projeto. **Andréia Brito Gilli, Comunidade Evangélica de Porto Alegre – Cepa:** São só 10 que são fora do Estado. E a idade é de 14 a 24 anos. E é como a gente disse, na verdade o que acontece, ela falou que os primeiros seis meses é online essa seleção, esse processo de seleção e capacitação. Eles são certificados. Depois, os outros seis meses é presencial. **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** E essa questão da idade até 24 anos? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** O nosso recorte é até 18 anos. **João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres:** Para pegar a mesma coisa da aprendizagem, que diz que tem energia, tem que ter um recorte. Vai até 24, mas o recorte é de 18 anos. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Por edital interno, o CMDCA vai fazer um recorte. A gente sabe que nem sempre é o que acontece. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Mas dentro da aprendizagem, a gente ainda entende que é essa faixa etária. **João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres:** Certamente eles vão aplicar essa idade. Porque na Caldeira é... **Andréia Gilli, Comunidade Evangélica de Porto Alegre – CEPA:** A intenção deles é essa. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**

(Topogigio) – Presidente do CMDCA: Alguma dúvida? Podemos colocar em votação? Então, em votação, por favor, quem é favorável ao parecer da comissão? Ok, **APROVADO**. Comissão de Políticas.

- COMISSÃO DE POLÍTICAS:

[Inaudível]: Encaminhamentos, nenhum processo.

Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente: Tá, passaram para Finanças. **Rose Ceroni Canabarro, Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – ASAFOM:** A gente tem uma pergunta, então, para a Comissão de Políticas. É, os projetos do FECA chegaram todos para a nossa comissão. Aí a gente queria entender se vai ter um colegiado, se vai ser a nossa comissão. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Assim, como nós teremos média de 50 projetos, né, que se hoje tem 44, nós, havendo mais uma semana, vai a 50. Como nós vamos ter média de 50, proponho em que todas as comissões, na semana que vem, analisem os processos. Né? E aí a gente vai ter um formulário de checklist ali e a gente pode fazer um em conjunto e depois de um em conjunto se segue, segue-se o cenário dos demais. **Rose Ceroni Canabarro, Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – ASAFOM:** A Comissão de Políticas vai se organizar para fazer não só naquela quarta-feira que a gente vem aqui, tá? Pensando, acho que nós temos que analisar tudo, mas a gente na quarta a gente não consegue. Nós não temos computador, nós não temos internet, daí a gente tem que juntar um grupo. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Tem o Ponto do Pão. Será que uma instituição que tenha uma sala de computadores não poderia nos ceder o espaço? O Pão dos Pobres, né. [Risos]. Pode ser na quarta-feira que vem. Aproveitando, eu botei ali no grupo, para concluir, botei ali no grupo a participação do João, do Pão, né? A gente tinha que fazer, foi tudo muito rápido o convite do pessoal do SMHID para fazer uma entrevista para a Assembleia. Que é a campanha que nós já estamos organizando. E eu não podia. Eu não podia na sexta, o Frei não podia, aí o João foi escolhido. E eu achei que assim, representou maravilhosamente bem. A reportagem ficou linda. Ah, eu acho que a gente soube representar muito bem, não só a instituição, mas os dois conselhos. Eu acho que esse é o legal que a gente pode estar fazendo sempre, né? Que representa além da gente. E isso que é o que a gente faz aqui, né? A gente representa além da

nossa instituição. Então, eu acho que representou muito bem. [Aplausos]. Agora tem que comemorar. Vai oferecer um almoço para a gente. [Risos]. Pessoal, então, semana que vem a plenária será no Pão. Era isso!

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, às 16h00min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.